

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE FILOSOFIA

TATHIANE NASCIMENTO DA SILVA

**A EDUCAÇÃO NATURAL DA INFÂNCIA NO *EMÍLIO*: elementos para
a conquista da autonomia humana**

São Luís
2011.2

TATHIANE NASCIMENTO DA SILVA

**A EDUCAÇÃO NATURAL DA INFÂNCIA NO *EMÍLIO*: elementos para
a conquista da autonomia humana**

Monografia apresentada ao Curso de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Licenciatura em Filosofia, sob orientação da Prof^a. Esp. Maria do Socorro Gonçalves da Costa.

São Luís
2011.2

TATHIANE NASCIMENTO DA SILVA

**A EDUCAÇÃO NATURAL DA INFÂNCIA NO *EMÍLIO*: elementos para
a conquista da autonomia humana**

Monografia apresentada ao Curso de Filosofia
da Universidade Federal do Maranhão, para
obtenção do grau de Licenciatura em Filosofia.

Aprovada em: ___/___/___

Conceito Final: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Esp. Maria do Socorro Gonçalves da Costa (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

1^o Examinador
Universidade Federal do Maranhão

2^o Examinador
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

A Deus por sempre ter guiado e iluminado o meu caminho.

A todos que contribuíram para a elaboração deste estudo monográfico, de modo especial à professora Maria do Socorro Gonçalves pela confiança, orientação e por não ter desistido de mim nos momentos em que senti incapaz de seguir adiante, ao meu noivo e fiel companheiro Saulo Viégas por estar ao meu lado em todos os momentos e mostrar-se sempre disposto a ajudar-me, aos meus amigos, e aqui devo destacar às minhas queridas amigas Nathália Pereira, Celeste Ferreira e Karliane Fontinelle pelos conselhos e incentivos constantes, e aos meus familiares que direta ou indiretamente também contribuíram e foram de suma importância para a elaboração deste trabalho.

Moldam-se as plantas pela cultura, e os homens pela educação. Se o homem nascesse grande e forte, a estatura e a força ser-lhe-iam inúteis até que tivesse aprendido a servir-se delas; ser-lhe-iam prejudiciais, pois impediriam que os outros pensassem em socorrê-lo e, entregue a si mesmo, morreria de miséria antes de ter conhecido suas necessidades. Queixamo-nos da condição infantil e não vemos que a raça humana teria perecido se o homem não tivesse começado por ser criança.

Jean - Jacques Rousseau

RESUMO

Neste trabalho aborda-se a questão da educação natural da infância e seus elementos para a conquista da autonomia humana em Rousseau, a partir da obra *Emílio ou Da Educação*, bem como a importância desta autonomia para a sociedade. Rousseau, através desse escrito, apresenta um novo olhar sobre o ser humano, sobretudo no que se refere à infância, apontando para uma nova maneira de educar o indivíduo para viver em uma república mais democrática, deste modo, ele propôs uma educação de emancipação do indivíduo, no sentido de formar pessoas capazes de produzir e refletir os seus próprios conhecimentos. O seu ideal pedagógico não considera o homem como algo acabado, mas que se constrói a partir de sua própria experiência e de acordo com fases de desenvolvimento, iniciadas na infância. O ponto principal de sua teoria educacional é o estudo da educação infantil descrita no *Emílio*, uma vez que para o filósofo, o início da humanidade está na infância, fase mais importante do indivíduo. A infância é o momento do desenvolvimento humano onde se pode constatar o homem no seu modo de se apresentar mais natural. De acordo com Rousseau, a infância tem que ser considerada uma etapa com valor próprio e não como um lugar de passagem para outros estágios mais desenvolvidos. Em relação às fases de desenvolvimento educacional, principalmente na infância, o referido filósofo dá elevada importância à educação dos sentidos, pois acredita que para haver uma boa educação seria preciso permitir que a criança veja, sinta e comece a fazer os seus juízos próprios.

Palavras-chave: Infância. Natureza humana. Educação Natural. Autonomia.

ABSTRACT

This work addresses the question of education natural childhood for the conquest of human autonomy in Rousseau, from work *Emílio or Education*, as also the importance of the same society. Rousseau through his writings presents a new look at the human being, especially with regard to children, pointing to a new way to educate the individual to live in a most democratic republic, so he proposed an education emancipation of man, in order to train people capable of producing and reflect their own knowledge. Your ideal pedagogic does the man finished, but as something that builds from your own experience and according to their stage of development, starting with childhood. The main point of his educational theory is the study of early childhood education *Emílio* described in the, once for the philosopher, the beginning of humanity is in infancy, the most important phase of the individual. Childhood is the time of human development where you can see the man on his way to present more natural. According to Rousseau, children have to be considered a step with value itself and not as a place of passage to other more developed stages. In relation to stages of educational development, especially in childhood, the philosopher gives high importance to the education of the senses to education of the senses, because he believed for a good education would allow the child to see, feel and start to make their own judgments.

Keywords: Childhood. Human Nature. Natural Education. Autonomy.

SUMÁRIO

• INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1: A REVOLUÇÃO PEDAGÓGICA DE ROUSSEAU	10
1.1 O reconhecimento da natureza da infância	17
1.2 A análise do homem natural	20
1.3 O sentido da formação infantil para a preservação do homem natural	24
CAPÍTULO 2: A INFLUÊNCIA DA CULTURA NA FORMAÇÃO DO HOMEM	26
2.1 O processo de desnaturação do homem	29
CAPÍTULO 3: O PROCESSO EDUCATIVO: FORMAÇÃO PARA AUTONOMIA ...	32
3.1 A importância da educação da sensibilidade na educação infantil	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

• INTRODUÇÃO

Este estudo monográfico visa apresentar uma reflexão acerca da educação natural da infância e seus elementos para a conquista da autonomia humana, a partir obra *Emílio ou Da Educação*, de Jean-Jacques Rousseau, bem como a importância da mesma para a sociedade.

Rousseau revolucionou as teorias e práticas pedagógicas da modernidade desenvolvendo uma nova proposta educativa para a criança pequena.

Até o século XVII inexistia um estudo sobre a infância e as crianças eram tratadas como “adultos em miniaturas”, postura que começou a mudar a partir das reflexões de Rousseau acerca da natureza da infância.

O referido filósofo centralizou a questão da infância na educação, evidenciando a necessidade de não mais considerar a criança como um homem pequeno, mas que ela viva em um mundo próprio, que sejam respeitadas e valorizadas as suas peculiaridades, opondo-se desta forma, a todas as idéias vigentes à época em matéria educativa.

De acordo com Rousseau, a infância tem que ser considerada uma etapa com valor próprio e não como um lugar de passagem para outros estágios mais desenvolvidos. Em relação às fases de desenvolvimento educacional, sobretudo na infância, o filósofo dá maior importância à educação dos sentidos, pois acredita que para que haja uma boa educação será preciso permitir que a criança veja, sinta, e comece a fazer os seus juízos próprios.

O sentido da educação da sensibilidade na infância é a formação de idéias simples e claras a partir de experiências solitárias com o intuito de desenvolver gradualmente a razão intelectual. Tal aprendizagem livrará a criança da opinião e dos valores ilegítimos da sociedade corrompida, de modo com que a faça conquistar a tão almejada autonomia humana, a qual permitirá que o ser humano pense e aja de acordo com a sua própria consciência.

Desse modo, se para Rousseau o processo educativo da criança se inicia com os sentidos, e este se faz imprescindível para a conquista da autonomia humana, faz-se necessário uma discussão sobre a teoria educativa deixada como herança por esse pensador moderno, pois a autenticidade de seu pensamento permite fazer uma reflexão sobre a educação pretendida no presente, se é aquela

em que o indivíduo só é capaz da mera reprodução do conhecimento, ou aquela em que o indivíduo recebe o conhecimento refletindo acerca da realidade que o cerca ao mesmo tempo em que a transforma.

Os capítulos deste estudo monográfico foram desenvolvidos e distribuídos da seguinte forma: no primeiro capítulo objetivou-se, inicialmente, em apresentar a revolução das teorias e práticas pedagógicas da modernidade empreendidas por Rousseau falando, sobretudo, do solo de suas teorias educativas; dando continuidade, é trazida a abordagem do filósofo sobre a necessidade do reconhecimento da singularidade infantil e quais as suas conseqüências dentro do cenário educacional; em seguida versa-se sobre a análise do homem em seu estado de natureza, apresentando uma visão geral, reconstituída, do que seria esse homem natural, as suas características e devidas vantagens; culminando com o sentido da formação infantil para a conservação do homem natural. O segundo capítulo, trata em linhas gerais, da influência da cultura sobre o homem e o resultado disso, segundo Rousseau; por conseguinte, são feitas considerações acerca do processo de desnaturação do mesmo, expondo de qual forma isso pode ser entendido como a corrupção dos costumes. No terceiro capítulo, se desenvolve o propósito principal deste estudo, aponta-se para um possível resgate dos valores do homem com a elaboração de uma nova proposta educacional empreendida por Rousseau, caracterizando, sobretudo, o processo educativo infantil proposto pelo filósofo no *Emílio*, como elementos para a formação da autonomia humana; por fim, identifica-se a importância da educação da sensibilidade na infância para a formação de sujeitos autônomos.

Capítulo 1: A REVOLUÇÃO PEDAGÓGICA DE ROUSSEAU

O século XVIII é caracterizado como um período de grande efervescência cultural, por conta da fértil produção dos pensadores iluministas. Nesse período, ocorreram grandes abalos políticos devido ao confronto entre a aristocracia do antigo regime e a burguesia emergente na Europa. No tocante à educação, fortalecia-se a tendência liberal e laica, em que o ensino não deveria ser vinculado a nenhuma crença religiosa, e nem tampouco, privilegiar classes sociais. Por esta razão, nesse período, buscavam-se novos caminhos para a aprendizagem do educando.

O Iluminismo é uma das marcas mais importantes do século XVIII. Esse movimento, que teve seu desenvolvimento maior na França, defendia o poder da razão humana em interpretar e reorganizar o mundo, afirmando deste modo, que somente a razão seria capaz de compreender perfeitamente os fenômenos naturais e sociais, confrontando assim o teocentrismo, ou seja, as crenças religiosas e o misticismo que dominavam a Europa desde a Idade Média. Com o movimento iluminista, o século XVIII passou a ser conhecido como o Século das Luzes, uma vez que, este tipo de pensamento tinha o propósito de “iluminar” as trevas em que se encontrava a sociedade, desta forma, o homem deveria ser o centro e passar a buscar respostas para as questões que, até então, eram justificadas somente pela fé.

No cenário socioeconômico, o século XVIII foi marcado por grandes revoluções e transformações que abalaram a Europa. Essas transformações que ocorreram na Idade Moderna, principalmente a Revolução Industrial com os seus progressos científicos, mudaram significativamente a maneira de pensar e agir dos europeus.

No século XVIII, o Antigo Regime vigorava na França, e, nesta forma de governo, o rei detinha todos os poderes. A sociedade do Antigo Regime era dividida em três classes, primeiro, vinha o clero, em segundo a nobreza, em terceiro a burguesia e os trabalhadores da cidade e do campo, no que se percebe a existência de uma pirâmide social, em que os privilégios se concentravam nas mãos de poucos (clero e nobreza). Com os filósofos do movimento iluminista, que acreditavam que se todos fizessem parte de uma sociedade justa e igualitária de

direitos, a felicidade comum seria alcançada. Nota-se a contrariedade dos mesmos em relação às imposições de caráter religioso, às práticas mercantilistas, ao absolutismo do rei, além dos privilégios dados à nobreza e ao clero, fatores que sustentavam o Antigo Regime.

Os burgueses foram os principais interessados no movimento iluminista à época, pois, apesar do dinheiro que possuíam, eles não tinham poder em questões políticas devido à sua forma de participação limitada, e porque além do fato de que tudo se concentrava nas mãos do rei, ainda havia as práticas mercantilistas, em que o governo interferia nas questões econômicas. Com a explosão da Revolução Industrial do século XVIII, conduzida pela burguesia inglesa, que tinha como objetivo destruir as estruturas econômicas, sociais e políticas que sustentavam o Antigo Regime, tais como o direito divino dos reis, a política econômica mercantilista e o poder político da Igreja Católica, os burgueses tiveram liberdade comercial para ampliar seus negócios, uma vez que, com o fim do absolutismo, foram tirados não só os privilégios do clero e nobreza, como também, as práticas mercantilistas que impediam a expansão comercial da classe burguesa.

O Iluminismo iniciou-se na Inglaterra, porém foi mais intenso na França, local em que viveram os maiores pensadores iluministas, tais como Voltaire, Montesquieu, Rousseau, D'Alembert e Diderot.

Jean-Jacques Rousseau nasceu aos 28 de Junho de 1712 em Genebra, Suíça, foi contemporâneo dos reinados de Luís XV e Luís XVI, e de fatos importantes à época, tais como a Guerra dos Sete Anos, entre a França e Inglaterra (1756-1763) e a Independência dos Estados Unidos (1776). A Revolução Francesa, embora seja o acontecimento histórico lembrado sempre relacionado à Rousseau, devido à grande influência de seus pensamentos, ela só ocorreu em 1789, alguns anos após a sua morte.

No período vivido por Rousseau, a França era um país com pouca atividade industrial, ao contrário da Inglaterra que já vivia o seu momento de grande desenvolvimento industrial. A prática da agricultura ainda era muito rudimentar nessa época, e, só houve uma mudança significativa com a utilização de adubos, fertilizantes, entre outros, o que despertou um interesse cada vez maior dos burgueses e nobres sobre a agricultura, que passaram a comprar terras, atualizar e aperfeiçoar a exploração de suas propriedades. Porém, todas estas transformações não foram boas para os camponeses, pois, aos poucos, eles foram perdendo as

terras comuns onde podiam plantar e seu gado pastar. Elas foram cercadas e se tornando particulares, em que o seu uso passou a ser defendido sob o amparo da lei, cuja sua promulgação os camponeses não participaram, no que se infere que os mesmos não tinham direito a nada, ou seja, suas causas não eram defendidas como deveriam. De acordo com Pissarra, esse quadro injusto teria inspirado Rousseau à escrita do *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os homens*, quando essa questão fora proposta como tema pela Academia de Dijon em seu Concurso de Moral do ano de 1753.

Jean-Jacques Rousseau foi o filósofo que mais se diferenciou entre os iluministas¹, ao contrário de Voltaire e Montesquieu, ele não foi porta-voz da burguesia e sim das camadas mais populares. As idéias de Rousseau eram contrárias a um dos princípios centrais da sociedade burguesa, a propriedade privada. Segundo o autor, esta era a raiz da infelicidade humana, pois trazia consigo a desigualdade e a opressão do mais forte sobre o mais fraco. Suas principais obras são: o *Discurso sobre as Ciências e as Artes*, publicada em 1750, em que ganhou o prêmio da Academia de Dijon e iniciou sua carreira como escritor; o *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os homens*, publicada em 1755, obra em que não ganhou o prêmio da Academia, mas despertou um grande interesse público; e, o *Emílio ou Da Educação* e o *Contrato Social*, ambas publicadas em 1762, condenadas pelo Parlamento de Paris, sendo queimadas em praça pública e decretada a prisão de seu autor. O *Contrato Social* produziu reações contraditórias, assim como houve pessoas que viram nele o caminho para a liberdade futura e uma sociedade justa, outras não se impressionaram. As autoridades de Genebra encararam esta obra de Rousseau como um insulto à sua cidade e como distorção da sua religião, e, por este motivo, ordenaram que o livro fosse queimado. Já o *Emílio*, foi alvo de outro tipo de crítica. O Parlamento de Paris condenou Rousseau pela escrita do *Emílio* por nele conter uma intensa defesa da tolerância religiosa, mas especificamente no Livro IV sobre a *Profissão de fé do vigário de Sabóia*, item em que o mesmo questiona a autoridade da Igreja, colocando em dúvida as revelações e os mistérios, aconselhando a cada um tornar-se mais reservado em relação à sua própria religião, pois entende que tudo é

¹ Os principais filósofos iluministas foram: Voltaire (1694-1778), Montesquieu (1689-1755), Diderot (1713-1784), D'Alembert (1717-1783) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), juntos organizaram uma enciclopédia que reunia conhecimentos e pensamentos filosóficos da época.

passível de análise e reflexão, inclusive o conteúdo religioso. O autor ainda defende que a razão é uma aquisição lenta e tardia, e, que deste modo, a compreensão e introjeção de um conteúdo abstrato como o religioso ou moral, não surte efeito antes da chegada desta, indo de encontro, portanto, ao pensamento da Igreja, que tinha plena convicção de que caberiam somente a eles (pastores), “verdadeiros mestres”, dirigirem os primeiros raios da razão humana, como também, afirmavam que a introjeção dos dogmas cristãos seria infiltrada na criança através da linguagem verbal ou escrita e da memorização. Portanto, é notório o motivo da escrita do *Emílio* ter causado tanta sensação à época e o porquê da indignação do Parlamento sobre as opiniões de Rousseau sobre religião, no que acarretou a sua condenação, decretação de sua prisão e a queima de sua obra em praça pública. Rousseau, ainda no *Emílio*, chama atenção para uma questão pouco importante na época, o respeito ao desenvolvimento da criança, refletindo sobre momentos significativos de sua educação, tais como a descoberta dos sentidos, as emoções, a consciência, a moral, entre outros.

Passa-se a abordar agora, a Revolução pedagógica empreendida por Jean-Jacques Rousseau, um dos grandes filósofos do século XVIII, período em que ocorreu uma ampla renovação da filosofia da educação e dos modelos educativos.

Nesse século, os fins que regiam a educação se encontravam ainda voltados para a formação do indivíduo para Deus ou para a vida em sociedade, mas Rousseau propõe que o ser humano seja educado para si mesmo, polemizando deste modo, a pedagogia de seu tempo, reprovando o sistema de ensino vigente, que por sua vez era administrado pela Igreja.

Em sua obra *Emílio ou Da Educação*, Rousseau escreve de forma romancada traçando as linhas gerais que deveriam ser seguidas com a finalidade de fazer da criança um adulto bom; trata dos princípios para evitar com que ela se torne má, uma vez que o filósofo parte do pressuposto da crença na bondade natural do homem, atribuindo à civilização a responsabilidade pela origem do mal. Segundo Rousseau, o mal é originado pelas ações humanas e vai crescendo cada vez mais na medida em que se dá o progresso das luzes. Deste modo, nesta obra, o filósofo ressalta os seus objetivos para educação que são, essencialmente, o desenvolvimento das potencialidades naturais da criança e seu afastamento dos males sociais.

Em relação à crítica ao sistema de ensino vigente à sua época, no *Emílio*, Rousseau não se limita a falar de como o sistema de ensino vigente é falho ou ruim, pois inúmeros pensadores, há tempos, protestaram contra a prática imposta, e, no entanto, nunca fora proposto outra melhor ou apontada uma possível solução para este caso. Rousseau, ao contrário de outros pensadores, mostra um novo olhar sobre a infância, vinculado ao conceito de liberdade, em que a criança aprende por meio de sua própria experiência, de acordo com as suas necessidades (que irão se apresentando com o cotidiano), respeitando a sua fase de desenvolvimento. Com esse novo olhar de Rousseau sobre a infância, o mesmo pretende reconstituir um novo modelo de educação para a criança.

A criança, na sociedade à época, de Rousseau era tratada como um adulto pequeno, e como tal, se vestia da mesma forma que o mesmo, começava a trabalhar desde cedo e freqüentava festas onde se deveria contar somente com a presença de adultos. A relação de amor dos adultos com as crianças era algo que necessitava ser trabalhado, pois, por mais que os pais gostassem de seus filhos, dificilmente admitiam amar as crianças pelo que eram, mas sim por aquilo que deveriam ser como ideais dos mesmos. Com isto percebe-se que à criança não era dada a sua devida importância, principalmente no tocante ao afeto e à educação. Além de Rousseau ser contrário a esse tipo de comportamento assumido pela sociedade à época, no que se refere à criança, ele também polemiza as pedagogias de seu tempo, a exemplo têm-se os colégios jesuítas, em que o filósofo reprova a artificialidade da educação intelectualística e livresca, autoritária e pedante, e, a educação aristocrática, em que se era pretendido somente habituar a criança à imitação do adulto, para assim, prepará-las para a prática das “boas maneiras e da conversação”.

Rousseau no *Emílio* critica a educação livresca vigente à sua época, por acreditar que com esse tipo de educação, a criança só aprende palavras sem ter a noção delas nem saber ao certo como aplicar direito o conhecimento recebido, uma vez que o mesmo é transmitido sem nenhuma relação com a sua realidade. Sobre isto Danilo R. Streck afirma que: “O problema dos livros é exatamente ensinar a falar de coisas que não se sabe. As ‘belas educações’ não fazem mais do que criar ‘tagarelas’, gente que só sabe repetir palavras”.² Esta passagem ratifica a idéia

² STRECK, Danilo R. **Rousseau & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 39.

de que com o conhecimento transmitido à criança pela palavra de outrem, sem a mesma percebido o motivo da sua utilidade ou aplicação, de nada terá contribuído para o seu aprendizado de fato, e o seu próprio juízo estará perdido. No entanto, o que será o marco diferencial de Rousseau em relação a outros pensadores que ousaram discutir sobre o assunto sem nada acrescentar à educação, é que após o oferecimento da crítica, ele apresenta um projeto educacional de emancipação humana delineada no *Emílio*, onde afirma ser na infância, através da educação natural, que seria possível “reconstruir um novo ser humano”,³ pois este tipo de educação proporcionará o afastamento da criança de toda a artificialidade da sociedade, livrando a mesma da opinião e dos valores ilegítimos de uma sociedade corrompida, de modo com que a faça conquistar a tão almejada autonomia humana, a qual permitirá que o indivíduo pense e aja de acordo com a sua própria consciência. Esse projeto educacional de formação autônoma descrito por Rousseau é o que irá possibilitar uma revisão nos métodos de ensino mais tarde. Sobre o sistema de ensino vigente àquela época, Marlene de Sousa Dozol diz que:

Tal ensino, de caráter normativo e organizado para clérigos e futuro gentis-homens, ricos e ociosos, ignora as novas ‘descobertas’ relativamente aos mecanismos de aprendizagem. Ao priorizar o ensino discursivo e a memória, desconhece o valor da experiência, não exercita o raciocínio, maneja e exige conhecimentos estanques, obsoletos e na maioria das vezes não compreendidos, além de gastar um tempo considerável com todo tipo de superficialidade em nome do ‘traquejo social’.⁴

Este tipo de educação imperava na primeira metade do século XVIII, na qual a pedagogia preocupava-se apenas em formar um indivíduo próprio ao seu estado social. Rousseau com a sua proposta de que o ser humano seja educado para si, descreve que a natureza humana é o conhecimento mais necessário ao homem, e por isso ele propôs uma educação de emancipação humana, no sentido de formar pessoas capazes de produzir e refletir os seus próprios conhecimentos. O seu ideal pedagógico não considera o homem (na pessoa da criança), como algo acabado, mas que se constrói a partir de sua própria experiência e de acordo com

³ De acordo com Rousseau, a natureza do homem é essencialmente boa, porém o mesmo corrompe-se com a vida em sociedade, pois considera os acréscimos da civilização como responsáveis pela degeneração das características morais mais profundas da natureza humana. Desta maneira, o filósofo propõe a reconstrução/reconstituição de um novo ser humano em que a bondade original do homem seria preservada, sendo o seu coração afastado dos vícios e das opiniões. Segundo o autor, esta somente seria possível através da educação natural na infância.

⁴ DOZOL, Marlene de Souza. **Educação: A Máscara e o Rosto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, p.17.

as fases do desenvolvimento infanto-juvenil. Percebe-se desta forma que, com Rousseau, os interesses educacionais tornam-se outros, tais como o de encaminhar a criança para a convivência em meio à natureza (campo), com o propósito de prepará-la melhor à sociedade e a desenvolver suas próprias necessidades, assim como torná-la um ser moral formando também o seu coração, afastando-a dos vícios e das opiniões. As concepções de Rousseau sobre a educação e de como se desenvolveria este tipo de ensino estão localizadas no *Emílio*, obra em que discorre de forma romancada a educação de um personagem fictício acompanhado por um preceptor ideal e afastado da sociedade.

O ponto principal da teoria educacional de Rousseau é o estudo da educação infanto-juvenil descrita no *Emílio*, uma vez que para o filósofo, o início da humanidade está na infância, fase mais importante do indivíduo. A infância é o momento do desenvolvimento humano onde se pode constatar o homem no seu modo de se apresentar mais natural, e Rousseau, defende a preservação da mesma para a formação pretendida, no que será ilustrado com o seu personagem Emílio.

Sabe-se que no *Emílio*, a liberdade merece lugar de destaque no processo educativo, esta liberdade que Rousseau menciona, é o primeiro de todos os bens, é aquela em que o indivíduo é capaz de fazer suas escolhas pautadas somente no uso de sua razão e não influenciado pelas paixões e hábitos. O *Emílio* é visto como um projeto de emancipação humana, em que a educação deve buscar a espontaneidade original, livre da escravidão dos hábitos exteriores, a fim de que o indivíduo se torne dono de si mesmo, ou seja, agindo por interesse (motivação) próprio, sem o vício da opinião de outrem. Pois, de acordo com Rousseau, a força do hábito é capaz de escravizar o homem, ou melhor, escraviza o indivíduo, pois o mesmo se prende a convenções e não age de acordo com a sua necessidade natural.

Rousseau, no início do *Emílio* chama a atenção para o seguinte: “Quereis que a criança conserve sua forma original? Preservai-a desde o instante em que veio ao mundo. Assim que nasce, tomai conta dela e não a deixeis até que seja adulta; jamais tereis êxito de outra maneira”.⁵ Sobre isto o filósofo, nesta obra, apontará que para proteger a criança de toda influência da civilização, é necessário educá-la no campo, longe do convívio familiar, da sociedade e dos livros, devendo-

⁵ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 26.

se desta forma, priorizar a educação dos sentidos, em que se deve propiciar à criança o maior número de experiências possíveis. Sobre a importância da educação da sensibilidade para o empreendimento de Rousseau, qual seja o projeto de emancipação humana, a mesma será vista adiante com mais detalhes em um capítulo específico deste estudo.

1.1 O reconhecimento da natureza da infância

No *Emílio* Rousseau aponta os cuidados que se deve ter com a criança desde o seu nascimento até que se torne adulta como essenciais para o desenvolvimento de uma boa educação, e reconhece que até então ninguém ousou considerar o que as crianças estavam em condições de aprender, justamente pela falta de interesse em investigar essa fase, que para o filósofo possui grande relevância. Para ele, o homem sempre se preocupou apenas em aprender o que acredita ser importante para a sua classe social, o que é um reflexo do sistema educacional estabelecido à época de Rousseau. Sobre este aspecto, o referido filósofo discorre o seguinte:

Não se conhece a infância; nos caminhos das falsas idéias que se têm, quanto mais se anda, mais se fica perdido. Os mais sábios prendem-se ao que os homens importa saber, sem considerar o que as crianças estão em condições de aprender. Procuram sempre o homem na criança, sem pensar no que ela é antes de ser homem.⁶

É notório que até aquela época, a educação infantil nem sempre foi objeto de interesse para a sociedade. À infância não era dada a sua devida importância, e durante muito tempo, assim que as crianças passavam a ser consideradas capazes de dispensar a ajuda das mães ou amas-de-leite, eram misturadas com os adultos, adentrando deste modo, na “grande comunidade dos homens” na qual participavam com os seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e jogos do cotidiano. A criança era apresentada e/ou concebida como um adulto pequeno na sociedade.

⁶ Ibid., p. 04.

Foi somente no século XVII que surgiram as primeiras preocupações em torno da educação da criança pequena, reconhecendo, desse modo, a criança como tal no meio em que vivia.

Teóricos ofereceram suas contribuições para o delineamento da educação da criança pequena, dentre eles merece destaque João Amós Comênio (1592-1657), por ser considerado como o maior educador e pedagogo do século XVII e um dos maiores da história, organizou a sua Didática em quatro períodos de desenvolvimento: a infância, puerícia, adolescência e juventude. Comênio atribuiu aos pais a tarefa pela educação da criança pequena, fato que representou um grande avanço na época, tendo em vista que, até então os pais não possuíam essa responsabilidade, o pedagogo chamou atenção para a importância desse período da infância e suas repercussões para a vida do ser humano. Porém, foi em Rousseau, com o surgimento do sentimento de infância, e a centralização desta questão na educação, que se iniciou uma mudança significativa no cenário educacional.

Rousseau centralizou a questão da infância na educação, evidenciando a necessidade de não mais considerar a criança como um homem pequeno, mas que ela viva em um mundo próprio, “a criança tem que ser criança”, a educação tem que estar vinculada à própria vida da criança. Ao ressaltar este aspecto, o filósofo chama atenção para a necessidade do reconhecimento da singularidade infantil. A infância deveria ser vista como um período distinto, com características peculiares que precisariam ser estudadas e respeitadas. Em conformidade com Rousseau, o autor Danilo R. Streck, a respeito da infância, expõe que:

Assim como a infância tem sua gramática, ela também tem a sua forma de pensar. Embora o objetivo da educação seja o desenvolvimento do ‘homem razoável’, é um erro imaginar que se consiga isso aplicando o raciocínio dos adultos na educação das crianças. Sendo a razão a faculdade humana mais complexa e que precisa de mais tempo de maturação, querer usá-la no ensino das crianças é começar a educação de trás para frente.⁷

A ilustração desta passagem aponta para a importância das fases de desenvolvimento da criança na educação e chama a atenção principalmente para o que se denomina educação da sensibilidade na infância. No desenvolvimento de seu projeto educativo, Rousseau defende a idéia de que quando se trata de educação de crianças, não se deve iniciar pelo uso da razão, mas sim pela experiência e pelos

⁷ Rousseau & a educação, op. cit., p. 36.

sentidos, confrontando desta maneira muitos pensadores iluministas que defendiam o emprego da razão no início do processo educativo.

No *Emílio*, tudo é elaborado com base no conhecimento do que a criança é antes de ser homem, ou seja, inocente, boa por natureza, desprovida de razão intelectual, isenta de qualquer corrupção que a sociedade possa fornecer. Nas primeiras fases da infância, a criança não tem qualquer concepção de bem e mal, e uma educação moral através de máximas e preceitos ensinados em uma linguagem racional torna-se dispensável, uma vez que as crianças, devido ao seu estágio maturacional, não são capazes de compreender e fazer a distinção entre essas concepções. Sobre essa questão, na leitura de Marlene de Souza Dozol observa-se:

Nos primeiros tempos, quer dizer, antes do advento da razão, basta conservar a bondade natural da criança, que preserva na sociedade degradada, a integridade do arquétipo. Nada de apressar-lhe apresentando as noções do bem e do mal: estas só serão distinguidas e de fato compreendidas por uma razão já formada. Mas isso não é tudo. É preciso a consciência para amar o bem e rejeitar o mal. Esta, por natureza, Emílio já tem, necessitando, contudo, ser iluminada pelas luzes da razão. Tais luzes, também pelos desígnios da natureza, terão que esperar um bom tempo para adquirir a capacidade de atuar com toda a clareza.⁸

Tendo em vista que o pressuposto básico de Rousseau é a crença de que o homem é bom por natureza, e que para uma boa educação, necessário se faz preservar a inocência original da criança, para o filósofo, torna-se essencial que a primeira educação seja puramente negativa, ou seja, uma educação orientada pela experiência – e não pelos livros e pelas máximas morais –, que por sua vez tende a aperfeiçoar os órgãos dos sentidos, que são tidos como alicerces do conhecimento para se chegar à razão em seu desenvolvimento máximo. Rousseau acredita que com esta forma de educação, Emílio estaria sendo preservado dos preconceitos e vícios da sociedade; decerto, que tal prática não se encarregará de mostrar à criança a virtude, mas tentará ajudá-la contra os vícios; não apontará a verdade, mas protegerá do erro, conduzindo-a para que percorra o caminho da verdade, quando esta atingir a idade de compreendê-la. O importante é que a criança aprenda a formar idéias justas e claras sobre as coisas.

Levando-se em consideração o atual estado das coisas, segundo Rousseau, que foi resultante da passagem do homem do estado natural para o

⁸ Educação: A Máscara e o Rosto, op. cit., p. 54.

social, defendido por ele no *Segundo Discurso*, de como a sociedade se degradou, o mesmo pensa o homem natural antes do seu contágio pelo hábito e pela opinião, sem os acréscimos resultantes da ação corruptora da sociedade. Para analisar as devidas vantagens da conservação do homem no estado natural para a sociedade, necessário se faz levantar, a este propósito, as características do homem em seu estado de natureza pensado por Rousseau nesta obra em que o filósofo irá abstrair a natureza do homem por meio de uma abordagem histórica caracterizada pela suposição⁹.

1.2 A análise do homem natural

No início do *Segundo Discurso*, Rousseau afirma que há no homem uma parte inata, que nasce com ele, que é essencialmente boa e que por sua vez pertence ao seu estado natural, e há também outra parte, a adquirida, produzida no decorrer de sua evolução e em conseqüência dela.

A análise do homem natural que Rousseau faz é evidenciada no *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os homens*, ou *Segundo Discurso*, publicada em 1755, ano anterior à publicação do *Emílio*. O ponto de partida de suas reflexões são as relações entre a natureza humana e a sociedade, por desenvolver um paradoxo fundamental entre a natureza do homem e os acréscimos da civilização. Esta seria a responsável pela degeneração das características morais mais profundas da natureza humana.

O método utilizado por Rousseau para estudar o homem e sua relação com a sociedade é o raciocínio hipotético face à impossibilidade de promover um retorno ao estado de natureza inicial da humanidade, deste modo, o filósofo levanta a hipótese do homem natural, originalmente íntegro e puro. De acordo com o filósofo, o homem não era, mas tornou-se mau e injusto, o seu desequilíbrio não é originário, mas sim derivado e de ordem social.

⁹ No *Segundo Discurso* Jean-Jacques Rousseau interpretou a evolução do homem desde os primórdios da humanidade até os dias de hoje, e para tal, o método utilizado pelo mesmo para estudar a relação entre natureza humana e sociedade é o raciocínio hipotético, em que buscou reconstituir os estágios perdidos na evolução do homem para definir como se deu a passagem, ou melhor, como teriam ocorridos as alterações para o estado de sociedade.

Rousseau descreve o homem no estado natural como portador de um corpo vigoroso, que lhe permite vencer as condições inóspitas do meio em que vivia. Possuidor de necessidades bastante elementares, o homem primitivo tem desejos que não ultrapassam suas necessidades físicas, tudo em conformidade para apenas manter a sua sobrevivência. “Necessidades poucas e pouco esforço para sua satisfação: eis a condição primitiva”.¹⁰

O sentimento inicial do homem foi o de sua própria existência; a preocupação inicial era somente a sua conservação. As produções de terra forneciam o necessário e o instinto levou o homem a fazer uso delas.

A vida do homem natural é limitada às puras sensações e aproveitavam apenas os dons que a natureza lhe oferecia sem dela nada transformar ou modificar, porém, logo surgiram as dificuldades e o homem aprendeu a vencer os obstáculos que a natureza lhe proporcionava, combatendo animais quando necessário e disputando sua subsistência.

Segundo descreve Rousseau, o homem selvagem vivia em um verdadeiro estado de isolamento, e encontrando-se disperso apenas entre os animais, desde cedo estabelece logo comparações, ele pode não ser mais forte do que alguns animais, porém se percebe mais ágil do que outros, o que será um fator determinante para a sua coragem, pois sentindo que os superam de algum modo, aprende a não temer.

Para distinguir o homem primitivo do animal, Rousseau destaca duas características fundamentais no homem: a liberdade e a perfectibilidade.

A liberdade versa sobre a capacidade do homem em fazer suas escolhas, deste modo, o homem não se vê limitado como os animais, podendo desobedecer as leis naturais. O que faz do homem um ser singular na natureza é o fato de comparar, pensar, sentir e deliberar.

A perfectibilidade é a capacidade do homem em aperfeiçoar-se, consiste no fato de que o homem é o único ser capaz de adquirir conhecimento e se aprimorar, havendo, desta maneira, a possibilidade de sair de sua existência determinada pela dimensão natural. Através da perfectibilidade, o homem pode se autocriar, construir para si mesmo uma segunda natureza distante da primeira. Enquanto o animal permanece sempre o mesmo na sua essência, já que repete os

¹⁰ FORTES, Luiz Roberto Salinas. **Rousseau: O bom selvagem**. São Paulo: Humanitas: Discurso Editorial, 2007, p.62.

gestos comuns à espécie, o homem muda as maneiras pelas quais age sobre o mundo, alterando a maneira de perceber, de pensar e de sentir. Sobre essa questão Rousseau desenvolve que:

Não é, pois, tanto o entendimento quanto a qualidade de agente livre possuída pelo homem que constitui, entre os animais, a distinção específica daquele. A natureza manda em todos os animais, e a besta obedece. O homem sofre a mesma influência, mas considera-se livre para concordar ou resistir, e é, sobretudo, na consciência dessa liberdade que se mostra a espiritualidade de sua alma (...). Mas, ainda quando as dificuldades que cercam todas essas questões deixassem por um instante de causar discussão sobre a diferença entre o homem e o animal, haveria uma outra qualidade muito específica que os distinguiria e a respeito da qual não pode haver contestação – é a faculdade de aperfeiçoar-se, faculdade que, com o auxílio das circunstâncias, desenvolve sucessivamente todas as outras e se encontra, entre nós, tanto na espécie quanto no indivíduo; o animal pelo contrário, ao fim de alguns meses, é o que será por toda a vida, e sua espécie, no fim de milhares anos, o que era no primeiro ano desses milhares.¹¹

É evidente que essa capacidade de aperfeiçoamento, de certa forma, fragiliza o homem, pois o mesmo perde a segurança características da vida animal, em harmonia com a natureza. A partir disso, nada mais se apresenta como absolutamente certo e inquestionável. Não há caminho feito, mas a fazer, não há modelo de conduta, mas um processo contínuo de estabelecimento de valores. Ao mesmo tempo em que isso parece ser sua fragilidade, é justamente a característica humana mais perfeita e nobre: a capacidade do homem de reproduzir sua própria história. “O homem rousseauiano é o único ser apto a romper com a ordem da natureza e estabelecer a ordem social.”¹²

Tendo o homem a capacidade de reproduzir sua própria história, através do uso da liberdade e da perfectibilidade, pergunta-se: o que leva ou motiva o homem a agir? Rousseau explica que seriam duas, as paixões primitivas do homem que o conduzem: o “amor de si” e a “piedade natural”.

De acordo com Rousseau, o homem natural possui um instinto de autoconservação que o leva a buscar aquilo que lhe pareça ser capaz de garantir sua vida e evitar o que lhe possa ser prejudicial, esse tipo de sentimento é o que ele denomina “amor de si”. É importante destacar que o “amor de si” não deve ser

¹¹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Nova Cultura, 1999, p.64-65.

¹² FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania: uma questão para a educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p.115.

confundido com o “amor próprio”, uma vez que, este último é um sentimento ausente no homem primitivo, resultante da vida em sociedade, em que o homem passa a buscar o prestígio, a se guiar pela vaidade, o que é descrito inicialmente no seguinte episódio do *Segundo Discurso*: “(...) Cada um começou a olhar os outros e a desejar ser ele próprio olhado, passando assim a estima pública a ter um preço. Aquele que cantava ou dançava melhor, o mais belo, o mais forte, o mais astuto ou mais eloqüente, passou a ser o mais considerado (...)”.¹³

Ao lado do amor de si, há outra paixão que levaria o homem natural a agir, a piedade natural, sentimento que resguarda a fonte de todas as futuras virtudes sociais, e quando desenvolvida, findado o laço social, ela se transformará na consciência ou no instinto moral, capacidade de sair de si e se identificar com o outro.

Segundo Rousseau, o sentimento da piedade é o que impulsionaria cada homem a evitar causar um sofrimento sobre o outro de sua espécie que repercutiria sobre si mesmo, porém, isso não quer dizer que o homem venha a se associar ativamente com o outro, assim como o amor de si leva à conservação do indivíduo, a piedade é uma espécie de consciência mútua da espécie. Deve-se ressaltar que Rousseau estabelece ser a piedade a autêntica condição natural relativa aos homens, e que a mesma é um sentimento anterior à reflexão, sobre isso Rousseau afirma:

Certo, pois a piedade representa um sentimento natural que, moderando em cada indivíduo a ação do amor de si mesmo, concorre para a conservação mútua de toda espécie. Ela nos faz, sem reflexão, socorrer aqueles que vemos sofrer; ela, no estado de natureza, ocupa o lugar das leis, dos costumes e da virtude, com a vantagem de ninguém sentir-se tentado a desobedecer à sua doce voz; ela impedirá qualquer selvagem robusto de tirar a uma criança fraca ou a um velho enfermo a subsistência adquirida com dificuldade, desde que ele mesmo possa encontrar a sua em outra parte(...).¹⁴

Assim, os dois princípios que ajudam o homem a sobreviver no estado de natureza, como também a afastar-se dos seus semelhantes, são o amor de si e a piedade natural, por serem sentimentos puros da natureza humana e anteriores a qualquer reflexão. De modo que, o que é característico no homem natural descrito por Rousseau é a presença apenas desses sentimentos.

¹³ Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, op. cit., p. 92.

¹⁴ Ibid., p. 78-79.

1.3 O sentido da formação infantil para a preservação do homem natural

Abordada esta primeira parte do *Segundo Discurso* em que Rousseau apresenta uma visão geral, reconstituída, sobre o que seria o homem em sua condição natural, é interessante pontuar sobre os privilégios de se poder mantê-las para o desenvolvimento da criança, tendo como protótipo, o Emílio.

Rousseau afirma que, no período em que o homem encontrava-se no estado de natureza, o mesmo ainda não possuía uma educação moral, pois esta só irá ser adquirida com a vida em sociedade. Deste modo, depreende-se que o homem em seu estado de natureza não é bom e nem mal, justamente porque não sabe o que é ser bom. O que significa que, por desconhecer o bem, o homem natural não pôde praticá-lo, o mesmo ocorrendo com o mal, desta forma, somente a piedade natural orientava o homem. No estado de natureza, o homem age por instinto, e, portanto, só atacará outro de sua espécie quando acuado ou faminto. A este respeito Rousseau ressalta que:

Parece, a princípio, que os homens nesse estado de natureza, não havendo entre eles espécie alguma de relação moral ou de deveres comuns, não poderiam ser nem bons nem maus ou possuir vícios e virtudes, a menos que, tomando estas palavras num sentido físico, se considerem vícios do indivíduo as qualidades capazes de prejudicar sua própria conservação, e virtudes aquelas capazes de em seu favor contribuir, caso em que se poderiam chamar mais virtuosos àqueles que menos resistissem aos impulsos simples da natureza.¹⁵

Por outro lado, para o autor, só a razão ensina o homem a conhecer o bem e o mal, antes dela, pratica-se essas duas ações sem sabê-las, ou seja, não há moralidade nas ações do homem.

O estado de natureza é um verdadeiro estado de tranqüilidade, onde os homens desconhecem a vaidade, o orgulho e o amor próprio, não tem propriedade¹⁶ para defender, nenhuma injustiça é praticada, justamente por ainda não possuírem a idéia sobre o que seja justiça, e nem tampouco sentem falta uns

¹⁵ Ibid., p. 75.

¹⁶ Em Rousseau, o momento inaugural da sociedade e a primeira fonte da desigualdade fora originada quando o homem instituiu a propriedade privada, que uma vez reconhecida, tornou-se a mola propulsora para crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores entre o gênero humano. A invenção da propriedade é um episódio marcante que fez do homem um ser desnaturado, dando início a sua degeneração, infelicidade e falência moral.

dos outros, pois não há amor e sim instinto sexual, que é resolvido em qualquer encontro casual.

O homem natural vive pacificamente e em um verdadeiro estado de equilíbrio, não se opõe à natureza e nem aos outros, tem poucas necessidades e logo são satisfeitas, pois seus desejos não ultrapassam suas necessidades físicas, “os únicos bens que conhece no universo são a alimentação, uma fêmea e o repouso”,¹⁷ tudo é encontrado ao seu alcance, situação em que não há necessidade de reflexão do mesmo; ele basta-se a si mesmo, não possui ambições e nem maiores desejos, o que lhe interessa são as sensações, não pensa sobre o certo ou errado, ou em outras palavras, o bem ou mal, o fato sentido é fato que é conhecido por ele. Conforme Rousseau:

Sua imaginação nada lhe descreve, o coração nada lhe pede. Suas módicas necessidades encontram-se com tanta facilidade ao alcance da mão e encontra-se ele tão longe do grau de conhecimento necessário para desejar alcançar outras maiores que não pode ter nem previdência, nem curiosidade(...) Sua alma, que nada agita, entrega-se unicamente ao sentimento da existência atual(...).¹⁸

Sob esta perspectiva, de que o homem possui tudo o que necessita para sua sobrevivência ao seu alcance e com facilidade, supõe-se que, nessa suficiência equilibrada o homem não tem necessidade de colocar sua perfectibilidade em ação.

A vida do homem natural é limitada às puras sensações, ele age por interesses naturais e não por imposições sociais, deste modo, ele é livre em suas escolhas, o que faz dele um ser singular na natureza. Por não ter o supérfluo, o homem escolhe apenas aquilo que necessita, e nisso consiste a liberdade do homem natural que quando se encontra diante de múltiplas opções, o mesmo é capaz de harmonizar suas necessidades e os meios de resolvê-las. Quanto mais próximo o homem estiver da sua condição natural, mais a diferença entre as suas necessidades e os seus desejos será sutil, logo, estará mais perto de ser feliz.

As descrições feitas por Rousseau do homem no estado de natureza levam a crer, num primeiro momento, que o mesmo preferia a existência da vida selvagem à em sociedade, como foi acusado outrora por Voltaire, no entanto,

¹⁷ Ibid., p. 66.

¹⁸ Id.

Rousseau não é um “primitivista”, uma vez que o mesmo não defende um retorno do homem para o estado de natureza. O “bom selvagem” proposto pelo autor serviria, apenas, para falar da necessidade em se conciliar as características do estado natural e as novas circunstâncias da vida social.

Partindo-se da idéia de Rousseau delineada no *Segundo Discurso*, de que o homem é bom por natureza, mas a sociedade o corrompe, o mesmo pensa uma sociedade e uma educação que não corrompam esta bondade, mas sim a preserve-a até o momento propício à sua socialização, para só então desdobrá-la em virtudes sociais, e, como para o filósofo, imaginar o estado natural não significa ter que voltar a ele, e a possível solução para este problema tem que ser concebida em sociedade, o mesmo propõe uma reforma moral e política da sociedade. Estes ideais se fazem pretendidos no *Contrato Social* e no *Emílio*. Sobre isto, Maria Constança Pissarra escreve que: “A sociabilidade corrompeu o homem e tornou-o viciado. Feita esta constatação, como resolver a dificuldade? (...) é preciso uma transformação coletiva, mas também individual: é preciso formar um novo indivíduo que seja capaz de criar uma nova sociedade”.¹⁹ No que se é pretendido no *Emílio*, em que a educação seria a forma de se resgatar os valores do homem natural, ou seja, recriando o mesmo. Dito isto, pergunta-se como isso será possível? Rousseau responde ser através da educação negativa, proposta nesta mesma obra, em que “(...) deixa-se a criança livre para se formar por meio de sua própria experiência, sendo a natureza seu melhor preceptor”.²⁰ E, para tal finalidade, deve ser seguida a evolução natural da criança, respeitando, desta forma, às suas fases de desenvolvimento.

O mal nasceu com a sociedade e é com a sociedade, desde que devidamente renovada, através da educação proposta no *Emílio* por Rousseau, é que pode ser expulso e debelado.

Capítulo 2: A INFLUÊNCIA DA CULTURA NA FORMAÇÃO DO HOMEM

¹⁹ PISSARRA, Maria Constança Peres. **Rousseau - a política como exercício pedagógico**. São Paulo: Moderna, 2002, p. 55.

²⁰ *Ibid.*, p. 61.

No *Segundo Discurso*, visando responder qual seria a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, Rousseau traça a trajetória histórica, de forma hipotética, do homem em seu estado de inocência original ao estado social. É importante destacar que em seu *Primeiro Discurso* esta idéia já se encontrava presente, mesmo que pouco desenvolvida.

É no *Primeiro Discurso*, que Rousseau busca responder à pergunta se o progresso das ciências e das artes contribui para aprimorar os costumes, fazendo uma crítica aos homens de sua própria realidade, que de acordo com o mesmo, seria o homem em sua forma mais degenerada, ou seja, o homem no estado de sociedade.

No início do *Primeiro Discurso*, Rousseau faz um elogio sobre o “restabelecimento” das ciências e das artes, atribuindo às “luzes da razão” todo o mérito, no que pode ser observado em sua escrita:

É um espetáculo grandioso e belo ver o homem sair, por seu próprio esforço, a bem dizer do nada; dissipar, por meio das luzes de sua razão, as trevas nas quais o envolveu a natureza; elevar-se acima de si mesmo, lançar-se, pelo espírito, às regiões celestes; percorrer com passos de gigante, como o sol, a vasta extensão do universo; e, o que é ainda maior e mais difícil, penetrar em si mesmo para estudar o homem e conhecer sua natureza, seus deveres e seu fim.²¹

Porém, esse elogio dado ao “restabelecimento das artes” com o uso da razão, tinha apenas um intuito, a crítica, atacando erros e vícios da sociedade que promoveram a degeneração dos costumes, pois, no mesmo parágrafo em que ele apresenta o seu elogio, ainda aponta que é mais difícil penetrar em si mesmo para estudar o homem e conhecer sua natureza, seus deveres e seu fim, do que conhecer a extensão do universo, em que assentará sua crítica contra as ciências e as artes.

Para explicar o advento das artes na sociedade, Rousseau em seu *Primeiro Discurso* explica que a mesma teria surgido com a queda de Constantinopla em 1453, ocasião em que foram difundidas as obras da antiga Grécia em todo Ocidente. A partir dessa difusão, “rapidamente, as ciências seguiram as artes, à arte de escrever juntou-se a arte de pensar”.²² Com isso, Rousseau

²¹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre as ciências e as artes**. São Paulo: Nova Cultura, 1999, p. 189.

²² *Ibid.*, p. 190.

entende que a principal vantagem do comércio das obras de artes seria o de tornar os homens mais sociáveis, pois despertava entre eles o desejo de agradar uns aos outros por meio de obras de aprovação mútua, porém, esse seria também o motor de uns dos infortúnios morais promovido pelas artes, a vaidade.

Ainda no *Primeiro Discurso*, Rousseau aponta para um possível estado de natureza do homem, discorrendo sobre as necessidades do corpo e o sentimento de liberdade original²³. Começa por afirmar que assim como o corpo, o espírito tem suas necessidades, as do último, por sua vez, são satisfeita através das ciências e das artes, o que fará com que o homem passe a estimar sua escravidão, ou seja, os indivíduos não expõem verdadeiramente o que pensam e sentem, transformam-se em seguidores de uma mesma disciplina social, com suas particularidades ocultadas pelo desejo de se mostrarem como querem ser vistos e não como são de fato. De acordo com o autor, essa espécie de polidez da arte, que faz com que o homem busque aparentar todas as virtudes sem que o mesmo possua nenhuma delas, é o que fará com que “ser e parecer” sejam vistos como algo distintos, sendo esta a base dos círculos sociais do século XVIII. Sobre essa distinção entre o ser e parecer, na leitura de Jean Starobinski observa-se o seguinte:

Cava-se o vazio atrás das superfícies mentirosas. Aqui vão começar todas as nossas infelicidades. Pois essa fenda, que impede a ‘atitude exterior’ de corresponder às “disposições do coração”, faz o mal penetrar no mundo. Os benefícios das luzes se encontram compensados, e quase anulados, pelos inumeráveis vícios que decorrem da mentira da aparência.²⁴

A partir da leitura de Starobinski, nota-se que ao mesmo tempo em que as ciências e as artes triunfam perante a sociedade, elas também são a fonte da corrupção dos costumes, pois a vontade do homem de comparar-se aos outros e de envaidecer-se por sua melhor desenvoltura artística, permite com que o mesmo deixe de ser verdadeiro para aparentar ser o melhor de acordo com a convenção social estabelecida fazendo assim, da arte, um motivador da infelicidade humana. Nesta passagem, o “ser” é entendido como a essência da inocência original do homem, e o “parecer” como o mal. A inocência e a sinceridade deixam de existir a

²³ Rousseau descreve o estado de natureza do homem e suas devidas peculiaridades com mais detalhes, anos mais tarde, em seu *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*.

²⁴ STAROBINSKI, Jean. **Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo; seguido de sete ensaios sobre Rousseau**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 15.

partir do momento em que o homem resolve comparar-se aos outros visando obter elogios da opinião pública, através de uma aparência enganosa. Dito isto, pergunta-se: teria a transparência original desaparecido? Para Jean Starobinski, Rousseau teria desenvolvido duas respostas contraditórias, a primeira é que a alma humana degenerou, sofreu uma alteração quase total, para jamais reencontrar sua beleza original; a segunda evoca uma espécie de encobrimento, ou seja, a natureza primitiva persiste, mas oculta, cercada de véus, porém sempre intacta. No que pode ser observado na leitura de Starobinski:

(...) Diz-nos que o homem destruiu de modo irremediável sua identidade original, mas proclama também que a alma original, sendo indestrutível, permanece para sempre idêntica a si mesma sob as manifestações externas que as mascaram.²⁵

Assim, a partir do desenvolvimento das ciências e das artes, o homem se degenera, os seus sentimentos verdadeiros passam a se esconder todo o tempo atrás do véu da polidez, momento em que o indivíduo passa a viver em estado de escravidão, ou seja, as suas vontades e os seus costumes passam a ser guiados pela sociedade, situação em que o mesmo começa a depender da comparação e da opinião de outrem para se sentir estimado e/ou considerado. Diante desse controle dos homens, promovido pelas artes, é que surgem os infortúnios morais entre os mesmos, tais como a ociosidade, o luxo, a vaidade e a polidez. De certo modo, são esses tipos que aparências que o filósofo de Genebra quer preservar seu Emílio.

2.1 O processo de desnaturação do homem

No *Primeiro Discurso*, observa-se que com o desenvolvimento das artes, os homens passaram a se guiar pela vaidade, ou seja, pelo desejo de ser visto; abafa-se então, a sinceridade dos indivíduos. Conforme Rousseau:

Não se ousa mais parecer tal como se é, sob tal coerção perpétua, os homens que formam o rebanho chamado sociedade, nas mesmas circunstâncias, farão todos as mesmas coisas desde que motivos mais

²⁵ Ibid., p. 27.

poderosos não os desviem. (...) Não mais amizades sinceras e estima real; não mais confiança cimentada. As suspeitas, os receios, os medos, a frieza, a reserva, o ódio, a traição esconder-se-ão todo o tempo sob esse véu uniforme e pérfido da polidez, sob essa urbanidade tão exaltada que devemos às luzes de nosso século.²⁶

Pode-se perceber nessa leitura que, segundo Rousseau, a arte poliu as maneiras dos homens, antes dela, os costumes eram mais naturais. Não que a natureza humana fosse melhor, mas porque a sociabilidade primitiva favorecia a manutenção do estado de natureza, de modo que as relações afetivas se davam de forma imediata, sincera e sem nenhuma relação de interesse.

Desta forma, segundo Rousseau, as ciências e as artes em nada teriam contribuído para o aprimoramento dos costumes, pelo contrário, como conseqüências destas, surgiram elementos tais como a ociosidade, o luxo, a vaidade e a polidez, próprios de uma civilização na qual reina a faculdade corruptora do “amor-próprio”, em que o homem começa a viver dependente do olhar do outro, ou seja, da comparação e opinião para se sentirem considerados. Antes, no estado de natureza, ele dependia apenas de si mesmo, vivia de acordo com as suas necessidades. Logo, com a degeneração do “amor de si”, qual seja o “amor-próprio”, o homem passa a se submeter à opinião alheia com o intuito de não se sentir excluído dos juízos de quem com ele conviver. Assim, este será o momento exato do processo de desnaturaçã do homem, em que o vício do “amor-próprio” atuará como força psicológica sobre os homens, estabelecendo a força da mentira e da aparência como um tipo de relação que eles travarão entre si. Para Salinas Fortes, o “amor-próprio”, seria uma espécie de paixão destruidora responsável pelo verdadeiro estado de alienação do homem, deste modo, em suas palavras observa-se:

Transformando-se em verdadeiro ‘furor de se distinguir’, essa paixão leva o civilizado a prezar acima de tudo as honrarias, a reputação e a opinião alheia. (...) Enquanto o selvagem ‘vive em si mesmo’, o ‘homem sociável’, sempre fora de si, só sabe viver baseando-se na opinião dos demais.²⁷

Logo, a faculdade do “amor-próprio”, que é a corrupção do “amor de si” originário, seria um vício que corrompe o homem, despertando no mesmo a

²⁶ Discurso sobre as ciências e as artes, op. cit., p. 192.

²⁷ Rousseau: O bom selvagem, op. cit., p.73.

necessidade de distinguir-se sobre os demais visando somente o prestígio do público.

Para o referido filósofo, as conseqüências das ciências e das artes estão associadas à ociosidade e ao luxo, nascidos da desigualdade gerada entre os homens, sendo esta última a origem de todo o mal. A desigualdade ao gerar riqueza, fez nascer o luxo, que por sua vez favoreceu o aparecimento e o desenvolvimento das artes, e a ociosidade, que deu ao homem a possibilidade de fazer ciência.

De acordo com Rousseau, uma vez o homem corrompido, não há caminho de volta para o estado de igualdade e inocência original, pois este retorno à origem seria impossível, todavia, ele não almeja destruir as ciências e as artes para com isso fazer os homens voltarem ao seu estágio inicial (primitivo) de vida, mas sim destruir o modo como elas são utilizadas, ou seja, como um instrumento de desigualdade e corrupção social. Ainda, Rousseau não pretende recuperar toda a inocência perdida, na verdade, se fosse possível retornar à infância da humanidade, este retorno não seria para lá permanecer, mas sim para trilhar um novo caminho, em que o homem seria afastado dos vícios e costumes da sociedade, tal como ele descreve em sua obra *Emílio ou Da Educação*. Com isso, faz-se necessário que nesse novo caminho/percurso o homem leve em consideração a sua consciência, somente com ela o mesmo terá a liberdade para não se deixar corromper pelo “amor-próprio”. Logo, o desenvolvimento das ciências e das artes não corromperá o homem se ele antes procurar encontrar a sua verdadeira face moral.

No *Discurso sobre as Ciências e as Artes*, percebe-se que Rousseau já aborda o problema da educação, em que diz que “desde os primeiros anos, uma educação insensata orna nosso espírito e corrompe nosso julgamento”.²⁸ Expõe também a necessidade de ensinar às crianças o que devem fazer sendo homens e não aquilo que esquecerão. Por isso, de acordo com o filósofo, o ideal seria que a criança não tivesse nenhum ensinamento sobre a virtude ou a verdade, mas que ela fosse submetida ao maior número de experiências possíveis antes de formar seus próprios juízos.

Assim, na obra o *Emílio ou Da Educação*, que não deixa de ser uma extensão da problemática da educação referida no *Primeiro Discurso* anteriormente citado, Rousseau ressalta a importância da educação voltada à formação autêntica

²⁸ Discurso sobre as Ciências e as Artes, op. cit., p. 209.

da subjetividade do indivíduo, no que deve ser seguida a “marcha natural do coração humano”,²⁹ onde é preservada a bondade natural, pois só assim o homem poderá ser livre e senhor de si mesmo, ou seja, capaz de construir o seu próprio juízo.

Capítulo 3: O PROCESSO EDUCATIVO: FORMAÇÃO PARA AUTONOMIA

No *Emílio ou Da Educação*, Rousseau trata das possibilidades pedagógicas de livrar o indivíduo da corrupção circundante, em que aponta para um possível resgate dos valores do homem com a elaboração de uma nova proposta educacional.

De acordo com Rousseau, a sociedade corrompeu o homem tornando o mesmo viciado, e, uma vez que não há a possibilidade de voltar à história para resgatar o homem natural, pois isso significaria negar todo o processo de sociabilização, o mesmo sugere ser preciso alterar a forma de sociabilidade que o levou à corrupção. Deste modo, o referido filósofo propõe uma nova forma de socializar o homem no indivíduo que fosse capaz de criar uma nova sociedade não corrompida, logo, esta última só poderá ser criada por homens não corrompidos, tratando-se, portanto, de uma transformação coletiva e ao mesmo tempo individual, pois mudar a sociedade é mudar os homens que a originam. Esse processo de transformação é o que será o tema do *Emílio*.

Rousseau no *Emílio* recorre mais uma vez ao seu método hipotético, imaginando como seria o homem resultante de uma criança educada no campo, longe da influência negativa da sociedade, distante de sua ação corruptora. Afirma Rousseau que para que a criança seja protegida de toda a influência da civilização, é necessário educá-la no campo, longe da sociedade e dos livros, deixando-a livre para se formar através de sua própria experiência, a partir de suas necessidades, sendo a natureza o seu melhor preceptor. Emílio então é um personagem fictício que representa o indivíduo que conseguiu manter-se afastado da sociedade corrompida. O objetivo do autor, entre outros, seria recriar o homem natural através

²⁹ Expressão utilizada por Jean-Jacques Rousseau no *Emílio ou da Educação*. Cf. ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 30.

de uma educação negativa e livre, ou seja, uma educação orientada pela experiência.

A educação do *Emílio* tem como princípio formar um homem livre, este por sua vez, é caracterizado como um homem que vive no estado de natureza por não estar preso a necessidades artificiais da sociedade civil, preocupando-se apenas com a sua auto-subsistência. E, sendo este o principal objetivo, qual seja recriar um homem natural, que por sua vez é livre, para o sucesso do processo pedagógico empreendido por Rousseau deve ser respeitada a natureza da criança, seguindo sua evolução natural, isto é, respeitando cada uma das fases de desenvolvimento, do nascimento à idade adulta, como é demonstrada na divisão da obra, composta de cinco livros.

O primeiro livro do *Emílio* é dedicado aos dois primeiros anos de vida da criança, denominado “A Idade da Natureza” – o bebê. Neste livro, Rousseau ressalta a importância da condição infantil (fragilidade e inocência original) destacando que a humanidade teria perecido se o homem no início de sua vida não tivesse começado sendo criança. O primeiro estágio de desenvolvimento (do nascimento aos dois anos) descrito por Rousseau no *Emílio* é um período em que se revela a valorização da infância e suas especificidades. Nessa fase, a criança nasce fraca e indefesa em um mundo totalmente desconhecido pela mesma, tornando-a dependente de outrem para todas as suas necessidades de sobrevivência. Conforme Rousseau:

Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos carentes de tudo, precisamos de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer e de que precisamos quando grandes nos é dado pela educação.³⁰

Esta educação, por sua vez, possui três formas diferentes: a educação da natureza em que se dá o desenvolvimento interno de nossas faculdades e dos nossos órgãos, em que se efetiva o fortalecimento do corpo e a constituição dos sentidos; a educação dos homens que seria o que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento; e a educação das coisas que é a aquisição de nossa experiência sobre os objetos que nos afetam, é através dela que o ser humano desenvolve suas capacidades intelectuais. Percebe-se que essas três formas de educações são

³⁰ Emílio ou da Educação, op. cit., p.09.

distintas, uma vez que, a educação da natureza não depende do indivíduo, a educação das coisas depende em poucos aspectos, já a educação do homem é a única que o indivíduo é de fato responsável, no entanto, esta somente é por suposição, pois ninguém pode prevê com totalidade as palavras e ações que são dirigidas a uma criança em seu ambiente. Deste modo, Rousseau afirma que cada homem é formado por esses três tipos de educações ou mestres e que para desempenhar o sucesso da educação, é necessária a interação das mesmas (natureza – homens – coisas).

A formação do indivíduo não é uma tarefa imediata, e para que se possa contar com um adulto possuidor de virtudes na sociedade é necessário instruí-lo ainda criança. Assim, Rousseau inaugura uma forma própria de pensar a educação da criança pequena, valorizando a sua natureza e respeitando-a de acordo com a sua fase de desenvolvimento, pois para o filósofo, a educação ideal seria aquela que a criança desenvolva naturalmente suas aptidões, isolada da corrupção da sociedade corrente.

Nos dois primeiros anos de vida da criança, correspondente a primeira etapa de desenvolvimento descrita no Livro I do *Emílio*, a educação deve impedir a formação de preconceitos, a criança aprenderá apenas a viver, devendo a mesma ser conduzida desde o seu nascimento por um guia (preceptor), o qual irá prepará-la para ser homem, momento em que o mesmo torna-se o seu próprio guia. Nessa primeira fase, a educação deve favorecer o desenvolvimento físico e a liberdade de desenvolvimento da criança para que a mesma possa melhor entrar em contato com o mundo dos sentidos vindo a descobrir suas diferenças, “as primeiras sensações das crianças são puramente afetivas, elas só percebem o prazer e a dor”.³¹ Deste modo, não deve ser introduzido na criança sentimento diferente da natureza, como por exemplo, atender prontamente ao pedido de uma criança pelo seu choro como forma de obediência à sua vontade, pois isso colaboraria para a formação de certo tipo de hábito. Conforme Rousseau:

O único hábito que devemos deixar que a criança adquira é o de não contrair nenhum. (...) Preparai à distância o reinado de sua liberdade e o uso de suas forças, deixando em seu corpo o hábito natural, colocando-a em condições de sempre ser senhora de si mesma e de fazer em todas as coisas a sua vontade, assim que a tiver.³²

³¹ Ibid., p. 49.

³² Id.

De acordo com Rousseau, é a força do hábito que escraviza o homem e é seguindo a sua marcha/movimento natural que o mesmo poderá ser livre e senhor de si mesmo. A criança necessita de liberdade para que possa usufruir de suas forças, sendo esta restrita às suas próprias forças, não se estendendo a outro homem. Sendo assim, a criança não deve nem mandar, nem ser submissa a alguém, porém, poderá fazer aquilo que conseguir realizar, contudo, ela deverá ser prontamente atendida quando em caso de necessidades e nunca por seus desejos e caprichos. Rousseau ainda ressalta que nessa primeira fase de desenvolvimento, alguns vícios da sociedade são implantados na criança, devido ao homem (adulto) se permitir dominar e sujeitar pelo capricho da mesma, fazendo então germinar em seu pequeno coração o erro e o vício, no entanto, neste início da vida, a criança faz o bem e o mal sem sabê-lo e não há moralidade em suas ações.

Assim, para manter a criança no caminho da natureza, longe dos vícios da sociedade, em outras palavras, para que seja preservada a sua bondade original, fator este determinante para que não haja sujeito desigual, Rousseau, no *Emílio* destaca quatro máximas. A **Primeira máxima** diz que a criança não tem força suficiente para tudo o que a natureza lhe exige, portanto, é preciso escolher o emprego de toda a força que ela lhe dá e de que não poderiam abusar; já a **Segunda máxima** afirma que é necessário ajudar a criança a suprir o que lhe falta, mesmo em inteligência, ou em força, em tudo o que diz respeito à necessidade física; a **Terceira máxima** revela que é preciso, no auxílio que prestamos à criança, limitar-nos exclusivamente ao que é realmente útil, sem nada conceber a fantasia; e a **Quarta e última máxima** destaca sobre a necessidade de estudar com atenção a criança, sua linguagem e seus sinais, para que se possa distinguir em seus desejos, o que é proveniente da natureza e o que é da opinião.

Desta forma, o objetivo dessas máximas seria oferecer à criança mais liberdade e menos domínio, deixando com que ajam por si mesmas e exijam menos dos outros. Assim, aprendendo desde cedo a limitar os seus desejos às suas forças, pouco sentirão a insatisfação do que não estiver em seu poder.

Rousseau ainda chama atenção no primeiro livro do *Emílio*, que, nessa primeira etapa de vida, em que há uma pré-racionalidade, a criança só presta atenção ao que atinge os seus sentidos, sendo essas sensações seu primeiro material de conhecimento e o que rege a mesma, deste modo, depende-se que a metodologia utilizada por Rousseau para esta fase de desenvolvimento prima pela

ação e pela experiência, no que os primeiros desenvolvimentos da infância, quais sejam, falar, comer, andar e exercitar os sentidos, conforme uma disposição ordenada de sensações implica a tomada de consciência de si. “Antes, não é nada mais do que aquilo que era no ventre da mãe; não tem nenhum sentimento, nenhuma idéia; mal tem sensações e nem mesmo percebe a sua própria existência”.³³

A etapa seguinte de desenvolvimento do personagem Emílio, é tratada no Livro II da obra. Esta etapa também é denominada por Rousseau como “A Idade da Natureza” - de 02 a 12 anos. Nesta fase, já se expressa um segundo momento, no qual a criança começa a falar, e que conseqüentemente passa a chorar menos, tendo em vista que será capaz de verbalizar suas necessidades e dores, não mais usando o choro como canal de comunicação. De acordo com Rousseau, esse seria um progresso natural em que uma linguagem substitui outra. Deste modo, diz o filósofo:

Quando podem dizer com palavras que estão sofrendo, por que o diriam com gritos, a não ser quando a dor for forte demais para que a palavra possa exprimi-la? (...) A partir do momento em que Emílio tiver dito: “Está doendo”, serão necessários dores muito fortes para forçá-lo a chorar.³⁴

Segundo Rousseau, é nessa fase que a criança deverá aprender a lidar com o sentimento de dor e tomar as primeiras lições de coragem, a fim de evitar que Emílio cresça sem conhecer a dor, tornando-se um adulto fraco, sem coragem e sem experiência. Pois, para Rousseau, “sofrer é a primeira coisa que ele deverá aprender, e a que ele terá maior necessidade de saber”.³⁵ O filósofo acredita que melhor seria que Emílio aprenda, com as dores leves, gradualmente a suportar os grandes sofrimentos. De acordo com o filósofo, não se deve criar nenhuma dificuldade, mesmo que física, de aprendizagem da criança, pois quando mais cedo ela cair no chão, sendo educada livremente, correndo e se divertindo, mais cedo aprenderá a se levantar; segundo ele, pelo bem-estar da liberdade vale a pena muitos machucados. Com isto, outro progresso que se dá nesta fase de desenvolvimento da criança, é o emprego do uso de suas forças, pois podendo mais por si mesma, recorre com menos freqüência a ajuda de outrem. Junto com a força,

³³ Ibid., p. 68.

³⁴ Ibid., p. 69.

³⁵ Ibid., p. 70.

o conhecimento da criança é desenvolvido, o que a coloca em condições de dirigi-la, logo, esse é o momento em que a criança toma consciência de si mesma.

Rousseau, no Livro II do *Emílio*, ainda chama atenção para a educação da sensibilidade na infância, pois o mesmo defende que quando se trata de educação de crianças, não se deve iniciar pelo uso da razão, mas sim pela experiência e pelos sentidos. Portanto, necessário se faz que não seja dado à criança nenhum tipo de lição verbal da qual ela ainda não será capaz de compreender, mas sim que ela receba lições da experiência. De acordo com o filósofo, a regra mais útil de toda educação consiste não em ganhar tempo, mas sim em perdê-lo, permitindo desta forma, com que a criança veja, sinta e comece a formar os seus próprios juízos. Assim, Rousseau afirma:

Considerai como vantagens todas as demoras: ganha-se muito quando se avança para o final sem nada perder. Deixai que se amadureça a infância nas crianças. Enfim, faz-se necessária para ela alguma lição? Evitai dá-la hoje, se podeis adiá-la para amanhã sem perigo.³⁶

Portanto, nessa fase de desenvolvimento, Rousseau propõe que a educação seja estritamente negativa, uma educação orientada pela experiência, que por sua vez tende a aperfeiçoar os órgãos dos sentidos, que são tidos como alicerces do conhecimento para se chegar à razão em seu desenvolvimento máximo. O autor acredita ser essa a etapa da vida humana, que vai do nascimento até a idade dos doze anos, a mais perigosa, tempo em que germinam os erros e os vícios que podem marcar e corromper o homem para sempre. Assim sendo, Rousseau acredita que com esta forma de educação (negativa), Emílio estaria sendo preservado dos preconceitos e vícios da sociedade; decerto, que tal prática não se encarregará de mostrar à criança a virtude, mas, tentará ajudá-la contra os vícios; não apontará a verdade, mas, protegerá do erro, conduzindo-a para que percorra o caminho da verdade, quando esta atingir a idade de compreendê-la. O importante é que a criança aprenda a formar idéias justas e claras sobre as coisas.

O referido filósofo defende que a virtude não precisa ser ensinada muito cedo, pois a criança é naturalmente boa. Contudo, a educação negativa de Rousseau não deve ser entendida como um momento de ociosidade, mas sim como

³⁶ Ibid., p. 97.

o aproveitamento das ocasiões (experiências) e do tempo para evitar que os vícios se implantem na criança, que ela adquira maus conceitos e noções falsas.

Rousseau ainda critica a prática da leitura da criança, ou seja, antes da idade dos doze anos por acreditar que em nada adianta ensiná-la um catálogo de signos que nada representam para a mesma. Afirma que a criança ao aprender as coisas (por meio da experiência) também aprenderá os signos. O autor alerta para os possíveis perigosos preconceitos que inspirariam a criança, através da leitura de um conjunto de palavras que não façam o menor sentido para ela, pois apartir do momento que a criança venha a se contentar com a primeira palavra que lhe disserem, aprendendo a confiar na palavra ou opinião de outrem sem ela própria ter percebido a sua utilidade, esse seria um dos primeiros passos da ação corruptora da sociedade, em que o juízo da criança estará perdido. Rousseau ressalta que mesmo sem a criança estudar nos livros sua memória nem por isso permanecerá ociosa, tendo em vista que através de suas experiências, ou melhor, tudo que a criança vê e ouve a impressiona, permitindo com que lembre e guarde consigo os registros das ações e palavras dos homens, neste sentido, tudo que a rodeia é o livro que mesmo sem perceber ou ter a intenção enriquece continuamente sua memória, enquanto se espera o momento que seu juízo possa aproveitá-lo. Sobre isto, no *Emílio* Rousseau diz:

É verdade que este método não forma pequenos prodígios e não faz com que os preceptores e os professores brilhem, mas forma homens judiciosos, robustos, são de corpo e de entendimento, que sem se terem feito admirar quando jovens, far-se-ão honrar quando adultos.³⁷

Logo, segue-se que com este tipo de aprendizagem, a criança em nenhuma hipótese aprenderá algo de forma “decorada”. É neste contexto também que Rousseau considera a leitura como flagelo da infância, tendo em vista que se a criança não possuir nenhuma utilidade presente ou atual para a leitura, ou mesmo se ela não tiver curiosidade ou desejo de aprender e aperfeiçoar tal instrumento, este se tornará em um tormento para a mesma. Assim, mais uma vez o autor ressalta a importância da primeira razão na infância ser uma razão sensitiva (adquirida pelos sentidos, pela experiência), pois é ela que lhe servirá como base para uma razão intelectual, logo, Rousseau destaca que:

³⁷ Ibid., p. 128.

(...) Nossos primeiros mestres de filosofia são nossos pés, nossas mãos, nossos olhos. Substituir tudo isso por livros não equivale a nos ensinar a raciocinar, mas sim a nos ensinar a nos servirmos da razão de outrem; equivale a nos ensinar a acreditar muito e a nunca saber nada.³⁸

Segundo Rousseau, somente desta forma é possível que a criança, vivendo sua vida como tal, chegue à maturidade da infância. Aqui, Rousseau defende a educação da sensibilidade na infância, sendo esta imprescindível para formação de idéias simples e claras do indivíduo, por fim a mesma tem como intuito desenvolver gradualmente a razão intelectual. Tal aprendizagem livrará a criança da opinião e dos valores ilegítimos da sociedade corrompida, de modo com que a faça conquistar a tão almejada autonomia, a qual permitirá que o ser humano pense e aja de acordo com a sua própria consciência.

Desse modo, se para Rousseau o processo educativo se inicia com os sentidos, e este é um fator indispensável para a conquista da autonomia humana, necessário se faz nessa fase de vida que o preceptor cuide para que o seu discípulo (criança) fortaleça o corpo através de exercícios, hábitos higiênicos e treine a acuidade sensorial pelo contato íntimo com as forças e fenômenos da natureza, antes de querer que a criança pense; ela então não conhecerá os livros, e só aprenderá a ler se tiver vontade, sendo sua aprendizagem fruto de sua própria experiência.

3.1 A importância da educação da sensibilidade na educação infantil

Rousseau concebe que o homem ao nascer não é independente, pois nos primeiros anos de vida depende dos cuidados que recebe de outrem, o que faz sua condição não ser autônoma, contudo, reconhece-o como um ser de autonomia, ou seja, como um ser que na idade certa será capaz de bem dirigir sua vida independente das circunstâncias, porém, esta só poderá ser alcançada mediante o tipo de educação que receber.

³⁸ Ibid., p. 148.

No projeto educativo de Rousseau, o desenvolvimento da autonomia é uma condição importante, pois sendo o homem por natureza senhor de sua vida e de suas capacidades, ele deverá aprender a pensar e agir por si próprio.

Rousseau traceja no *Emílio* um longo percurso que vai da sensação ao entendimento, limitando o raciocínio da criança, em seus primeiros anos de vida, ao interesse presente e sensível da mesma, para que aos poucos, de forma lenta e gradual, ela possa adquirir a capacidade de elaborar, comparar e julgar com o pleno uso da razão. Nestes termos, o filósofo para melhor esclarecer essa questão afirma, ainda, que “a infância é o sono da razão”,³⁹ em outras palavras, implica dizer que é na infância que a razão encontra-se adormecida, momento em que a criança estará sendo preparada, através de uma educação sensitiva, para atingir a do intelecto. Em suma, antes de conhecer e julgar, a criança sente, sendo assim a sensibilidade anterior à inteligência.

Contudo, o autor ainda esclarece que nessa primeira etapa da vida a criança não está isenta de nenhuma espécie de raciocínio, ocorre que o mesmo é apenas de natureza imediata e está ligado a eventos concretos (vividos pela criança). Assim, Rousseau entende que as crianças “raciocinam muito bem em tudo o que conhecem e que se relacione com o seu interesse presente e sensível”.⁴⁰

Conforme Dozol, a criança em seus primeiros anos de vida manifesta uma etapa pré-racional, que por sua vez, é definida pela sensação e não pelo entendimento. Afirma que nessa fase, em que a razão ainda não está consolidada a, criança deverá receber somente as lições da experiência e não as do verbo, ou seja, a educação deverá privilegiar os atos e não as palavras. Logo, Rousseau no *Emílio* alerta para o seguinte:

Jovens mestres, peço-vos que penseis nesse exemplo e vos lembreis de que em todas as coisas vossas lições devem consistir mais em atos do que em palavras, pois as crianças facilmente se esquecem do que disseram e do que lhes dissemos, mas não do que fizeram e do que lhes fizemos.⁴¹

Deste modo, a educação deve ser direcionada pela observação da natureza, em que as primeiras lições são extraídas das coisas (através da própria

³⁹ Ibid., p.119.

⁴⁰ Ibid., p.121.

⁴¹ Ibid., p.107.

experiência), do contato e da percepção que a criança tem do mundo, e por isso os sentidos aparecem como instrumentos fundamentais para o conhecimento.

Sob esta perspectiva, de acordo com Rousseau, a origem do conhecimento é sensível, o que anuncia ao reconhecimento de que o primeiro aprendizado será a aquisição de uma autoconsciência, ou seja, o primeiro conhecimento do ser humano é a consciência de si como ser físico, sensível. Para o autor, educar é ajudar a criança a sair de si mesma, a compreender o mundo, a conviver com suas próprias limitações, aperfeiçoar-se.

A base do projeto educativo de Rousseau é a educação natural. O natural desse projeto consiste em fazer com que a criança (representada em sua obra pelo Emílio) seja aquilo que é, ou seja, aja por pensamentos próprios, sem se deixar influenciar de forma irrefletida pela opinião dos outros. Desta forma, o filósofo genebrino aponta para a importância da educação voltada à formação autêntica da subjetividade do indivíduo, oportunidade em que deverá ser preservada a bondade natural, permitindo com que o homem seja livre e senhor de si mesmo, ou seja, capaz de construir o seu próprio juízo.

Rousseau caracteriza como “livre” o homem que vive no estado de natureza, devido o mesmo não estar preso a necessidades artificiais⁴² da sociedade. Afirma que o homem encontra-se acorrentado por toda parte pelas convenções da sociedade, porém, é na infância que se pode reconstruir o mesmo e mudar essa realidade tornando-o livre. Portanto, para o possível resgate dos valores do homem natural, em outras palavras, para que o mal possa ser expulso e debelado da sociedade, Rousseau aponta para a formação da criança pequena (desde o seu nascimento) através de uma educação negativa, ou seja, uma educação voltada e orientada pela experiência a fim de evitar que os vícios se implantem em seu coração, que ela adquira maus conceitos e noções falsas, que ela não seja capaz de pensar por si própria.

Conforme Rousseau é através da educação natural, ou melhor, da educação da sensibilidade na educação infantil que se é possível formar um novo ser humano desvinculado dos erros e vícios da sociedade, permitindo com que o

⁴² Necessidades que não estejam relacionadas à sua auto-subsistência e felicidade. O homem natural basta-se a si mesmo e tem apenas os sentimentos e as luzes próprias do seu estado, sentindo apenas suas verdadeiras necessidades. Cf. ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Nova Cultura, 1999, p.66.

mesmo torne-se capaz de pensar por si próprio, fazendo com que o mesmo seja um sujeito autônomo.

A autonomia é um fator essencial para o desenvolvimento humano. O sujeito autônomo é capaz de refletir e lançar seu olhar crítico sobre a realidade que o cerca, não levando em consideração a opinião e os valores da sociedade, que segundo Rousseau, é corrompida.

A educação natural proposta por Rousseau no *Emílio* parte do pressuposto de que a criança logo na infância deve começar a conquistar elementos para construir, ou melhor, adquirir a sua autonomia. E para que isso seja possível é necessário deixá-la livre para que possa reconhecer a si mesma e, na medida do possível, evitar os entraves que a sociedade venha a oferecer.

Rousseau, no *Emílio*, não defende o retorno de uma vida selvagem através da educação natural, mas mostra que nos primeiros anos de vida da criança, para a preservação da sua bondade natural, a mesma deve ser afastada da vida artificial da sociedade que gira em torno das convenções sociais. De acordo com Rousseau, o homem nasce bom, porém é com a sua convivência em sociedade, que o mesmo pode corromper-se e conseqüentemente aprisionar-se. É isso que ele pretende evitar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rousseau provocou uma revolução na pedagogia promovendo uma ampla renovação na educação e nos modelos educativos, revolução esta que se reflete nos dias atuais, pois antes de surgirem as suas reflexões sobre a educação, pouca importância era dada à criança e o seu desenvolvimento.

No *Emílio ou da Educação*, Rousseau buscou mostrar um novo olhar sobre a infância vinculado ao conceito de liberdade, em que a criança aprenderá através de sua própria experiência, de acordo com as suas necessidades naturais, no que deverá ser respeitado também à sua fase de desenvolvimento. A partir desse novo olhar, o autor centraliza a questão da infância na educação, construindo um novo modelo educativo para a criança pequena respeitando as características peculiares da mesma, opondo-se desta forma a todas as idéias vigentes à época em matéria educativa. A este respeito, é importante destacar o que Dozol diz:

Para levar a criança ao perfeito domínio de suas faculdades, a educação deve ser bem adaptada ao ritmo do seu processo evolutivo. É esta exigência que faz Rousseau desafiar os métodos educacionais vigentes da época por meio do que denomina educação negativa, o avesso da educação ornamental, que se pauta por estratégias racionais antes mesmo do aparecimento da razão.⁴³

Assim sendo, o ponto de maior destaque da teoria educacional de Rousseau é o estudo da educação infantil descrita no *Emílio*, tendo em vista que para o filósofo, a fase mais importante do indivíduo está na infância. Na infância encontra-se o início da humanidade, sendo este o momento do desenvolvimento humano onde se pode constatar o homem no seu modo de se apresentar mais natural. E, partindo do pressuposto básico desse filósofo genebrino, da crença de que o homem é bom por natureza, é que o mesmo delineará como necessário a preservação dessa bondade natural, ou melhor, da inocência original da criança para a efetivação de uma boa educação. Para tal empreendimento, é que o filósofo afirma ser essencial que a primeira educação seja puramente negativa, ou seja, uma educação que seja orientada pela experiência, que por sua vez tende a aperfeiçoar

⁴³ DOZOL, Marlene de Souza. **Da figura do Mestre**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p.67.

os órgãos dos sentidos, que são tidos por Rousseau como alicerces do conhecimento para se chegar à razão em seu desenvolvimento máximo. Sob esta perspectiva Salinas Fortes apresenta:

O que é salvável nas grandes sociedades corrompidas é o indivíduo ou alguns indivíduos que tenham a sorte de permanecer um pouco à sua margem. Emílio, esse personagem de ficção, simboliza esse indivíduo. Posto desde o nascimento em contato íntimo com a natureza, tomando-a sempre como guia, ele é educado para conviver e suportar a vida em uma grande sociedade corrompida (...). Toda sua educação, caracterizada como “educação negativa”, visa mantê-lo imune aos vícios circundantes. É bem-sucedida a educação que conseguir fazer o indivíduo em formação acompanhar a “marcha da natureza”, reprimida pela marcha enlouquecida das educações vigentes.⁴⁴

Deste modo, é através da educação natural descrita no *Emílio* por Rousseau que se é possível preservar a bondade natural do homem até o momento favorável à sua socialização, para só então desdobrá-la em virtudes sociais. É válido ressaltar que, para o filósofo, este tipo de educação oferecerá a criança o afastamento de toda a artificialidade da sociedade, livrando a mesma da opinião e dos valores ilegítimos de uma sociedade corrompida. Por conseguinte, Rousseau no *Emílio* indicará a educação natural como forma de resgatar os valores do homem natural, ou seja, recriando o mesmo, formando um novo indivíduo que seja capaz de criar uma nova sociedade. Rousseau ainda afirma que é na infância que se é possível reconstruir o homem, mudar a sua realidade tornando-o livre, uma vez que o mesmo encontra-se acorrentado por toda a parte pelas convenções ou leis da sociedade. Portanto, para que seja possível esse resgate dos valores do homem natural, em outras palavras, para que o mal possa ser expulso e debelado da sociedade, Rousseau aponta para a formação da criança pequena por meio da educação negativa, ou seja, uma educação voltada e orientada pela experiência com o intuito de evitar que os vícios se implantem em seu coração, que ela adquira maus conceitos e noções falsas, que ela não seja capaz de construir os seus próprios juízos.

Em suma, o propósito deste estudo monográfico fora mostrar o olhar de Rousseau, ou melhor, apresentar a sua reflexão, acerca da importância da educação natural da infância como um dos elementos para a conquista da autonomia humana, o que será de grande relevância para a vida em sociedade, uma

⁴⁴ Rousseau: O bom selvagem, op. cit., p.106.

vez que cada vez mais se precisa de sujeitos autônomos, ou melhor, sujeitos que sejam capazes de exercerem a sua responsabilidade social. Em outras palavras, sujeitos que saibam pensar por si próprio e assim saibam refletir sobre as regras impostas pela sociedade (que pensaram por ele) sem aceitá-las como verdades absolutas, para desta maneira, participarem e fazerem toda a diferença dentro da sociedade, lutando por direitos justos e igualitários. No *Emílio* essa realidade tornar-se-ia possível se a criança fosse mantida no caminho da natureza, longe dos vícios da sociedade, preservando deste modo a sua bondade original, fator determinante para que não haja sujeito desigual, e por conseguinte, uma sociedade em que não há desigualdade.

Assim, para atingir tal propósito neste estudo necessário se fez expor a importância da bondade natural na formação da autonomia humana; mostrar o olhar de Rousseau, no *Discurso sobre as ciências e as artes*, sobre a influência da cultura na formação do homem; caracterizar o processo educativo proposto por Rousseau no *Emílio* para a formação da autonomia humana e por fim identificar a importância da educação da sensibilidade na infância para a formação de sujeitos autônomos.

Portanto, neste estudo abordou-se a questão da educação natural da infância e seus elementos para a conquista da autonomia humana em Rousseau, a partir da obra *Emílio ou Da Educação*, bem como a importância desta autonomia para a sociedade. Rousseau, através desse escrito, apresenta um novo olhar sobre o ser humano, sobretudo no que se refere à infância, apontando para uma nova maneira de educar o indivíduo para viver em uma república mais democrática, propondo uma educação de emancipação do indivíduo, no sentido de formar pessoas capazes de produzir e refletir os seus próprios conhecimentos. Assim, o seu ideal pedagógico não considera o homem como algo acabado, mas que se constrói a partir de sua própria experiência e de acordo com as fases de desenvolvimento, iniciadas na infância.

Logo, as idéias de Rousseau ainda nos motivam a refletir na atualidade, pois com o seu referencial de que o processo educativo se inicia com os sentidos, sendo este um dos elementos indispensáveis para a conquista da autonomia humana, faz-se necessário a discussão sobre a teoria educativa deixada como herança por esse pensador moderno, uma vez que a autenticidade de seu pensamento permite fazer uma reflexão sobre a educação pretendida no presente, se é aquela em que o indivíduo só é capaz da mera reprodução do conhecimento,

ou aquela em que o indivíduo recebe o conhecimento refletindo acerca da realidade que o cerca ao mesmo tempo em que a transforma. Neste contexto, reafirma-se a importância do pensamento educacional rousseauiano nas discussões atuais sobre as práticas educacionais e suas idéias acerca da educação infantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

DOZOL, Marlene de Souza. **Da figura do Mestre**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. **Rousseau: educação: máscara e o rosto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania: uma questão para a educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FORTES, Luiz Roberto Salinas. **Rousseau: o bom selvagem**. 2.ed. São Paulo: Humanitas: Discurso Editorial, 2007.

MANACORDA, Mario Aliguiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. Tradução: Gaetano Lo Monaco. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PERES PISSARRA, Maria Constança. **Rousseau - a política como exercício pedagógico**. São Paulo: Moderna, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens; Discurso sobre as Ciências e as Artes**. Tradução: Lourdes Santos Machado. Coleção Os Pensadores. Vol. II. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

_____. **Emílio ou Da Educação**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

STAROBINSKI, Jean. **Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo; seguido de sete ensaios sobre Rousseau**. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

STRECK, Danilo R. **Rousseau & a educação**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.